

LEI Nº 7.332, DE 15 DE AGOSTO DE 2024

Projeto de Lei nº 78/2024 - Executivo Municipal

Dispõe sobre autorização legislativa ao Executivo para alienação de imóveis públicos, e dá outras providências.

ORLANDO MORANDO JUNIOR, Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, faz saber que a Câmara Municipal de São Bernardo do Campo decretou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, de acordo com a modalidade de licitação legalmente permitida, os seguintes próprios municipais:

I - uma área com 420,00m² (quatrocentos e vinte metros quadrados), área municipal, leito de via, objeto da Matrícula nº 93.186 do 1º Registro de Imóveis de São Bernardo do Campo, situada em área urbana do Distrito Sede, com as seguintes medidas e confrontações: tem início no vértice "A", situado no alinhamento predial da Rua Duque D'Aosta; desse ponto segue em reta com uma distância de 10,40m (dez metros e quarenta centímetros) até o vértice "B", confrontando com a Rua Duque D'Aosta; desse ponto deflete à direita e segue em reta com uma distância de 42,00m (quarenta e dois metros) até o vértice "C", desse ponto deflete à direita e segue em reta com uma distância de 10,40m (dez metros e quarenta centímetros) até o vértice "D", confrontando, nesses dois segmentos, com o imóvel de Inscrição Imobiliária nº 013.051.108; desse ponto deflete à direita e segue em reta com uma distância de 42,00m (quarenta e dois metros) até o vértice "A", início da descrição, confrontando com os imóveis de Inscrições Imobiliárias nº s 013.051.042 e 013.051.043, conforme Decreto Municipal de Desafetação nº 22.592, de 4 de abril de 2024;

II - uma área com aproximadamente 787,78 m² (setecentos e oitenta e sete metros e setenta e oito decímetros quadrados) área municipal, leito de via, situada em área urbana do Distrito Sede, Rua Walter Celli, confrontando com os imóveis de Inscrições Imobiliárias nº s 007.078.029.000 e 007.077.026.000; e

III - uma área com aproximadamente 373,10m² (trezentos e setenta e três metros e dez decímetros quadrados), leito não aberto da Rua Suíça, parte da Matrícula nº 95.459 do 1º Registro de Imóveis de São Bernardo do Campo, área municipal codificada como C-020-039 - PlantaA3-2373-A, inscrição imobiliária nº 020.026.033.000.

§ 1º Os imóveis referidos nos incisos I a III deste artigo poderão ser alienados no todo ou em partes, em conjunto ou separadamente, sendo que a delimitação precisa de suas áreas e a suas descrições serão definidas em decreto a ser editado previamente à publicação dos certames licitatórios.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar as áreas relacionadas nos incisos II e III deste artigo, conforme o caso, da categoria de bem de uso especial ou de uso comum do povo para a categoria de bem dominial.

Art. 2º As áreas a que se refere o art. 1º desta Lei serão alienadas no âmbito de regular processo de licitação, a ser realizado de acordo com os preceitos legais que regem a matéria.

Art. 3º As despesas decorrentes da lavratura da escritura de alienação e demais despesas acessórias, inclusive no tocante à eventual descontaminação do solo e à regularização do imóvel perante os órgãos ambientais, bem como eventuais adequações ou remanejamentos referentes à rede de águas pluviais, de coleta de esgoto e de distribuição de água nas vias, correrão por conta do adquirente.

Parágrafo único. O laudo de avaliação pericial a ser elaborado por engenheiro técnico ou arquiteto especializado na matéria será contratado pelo Município e caberá ao adquirente do imóvel ressarcir ao erário o valor correspondente aos honorários do profissional que o realizou.

Art. 4º O pagamento correspondente à aquisição dos imóveis descritos nos incisos I a III do art. 1º desta Lei, poderá ser efetuado, em moeda nacional corrente, nas seguintes condições:

I - à vista; ou

II - parceladamente, com entrada de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor total ofertado a ser paga à vista em até 2 (dois) dias; e o saldo, objeto do parcelamento, a ser pago com acréscimo de juros de 1% (um por cento) ao mês, em parcelas mensais, iguais e consecutivas, sendo a primeira com vencimento no dia 10 (dez) do mês subsequente ao da abertura da sessão pública e as demais no mesmo dia dos meses seguintes, sendo que o último vencimento deverá ser até dia 10/12/2024, impreterivelmente.

Parágrafo único. Sobre o valor a ser pago à vista, seja na hipótese do inciso I ou do inciso II deste artigo, será abatido o eventual valor depositado à título de caução para participação na licitação.

Art. 5º O Município transferirá, na hipótese de pagamento prevista no inciso I do art. 4º desta Lei, os imóveis, livres de pessoas e coisas, dentro do prazo estabelecido em edital, e aptos à lavratura das escrituras correspondentes e respectivos registros imobiliários, depois de integralizado o pagamento perante os cofres públicos municipais.

§ 1º Na hipótese do inciso II do art. 4º desta Lei, os imóveis serão transferidos mediante escritura pública com pacto adjeto de hipoteca, da qual constarão, dentre outras, cláusulas relativas ao disposto nos arts. 1.475 e 1.484, ambos do Código Civil Brasileiro.

§ 2º Na hipótese de pagamento parcelado, o Habite-se para os imóveis será concedido somente depois de integralizado o pagamento de todas as parcelas perante aos cofres públicos municipais.

§ 3º Para os efeitos do disposto na alínea "a" do art. 32 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, caso o adquirente pretenda estabelecer na área adquirida uma Incorporação Imobiliária ou Condomínio e o pagamento avençado seja parcelado, a escritura do pacto adjeto de hipoteca estabelecerá, previamente, o consentimento para demolição e construção, desde que observados os preceitos da Lei de Uso do Solo, com vistas ao arquivo perante o cartório competente de registro de Imóveis.

Art. 6º A Lei Municipal nº 7.249, de 16 de outubro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

I - uma área de terreno de 6.363,42m² (seis mil, trezentos e sessenta e três metros e quarenta e dois decímetros quadrados), e uma área de terreno de 6.930,88m² (seis mil, novecentos e trinta metros e oitenta e oito decímetros quadrados), inscritas no Cadastro Fiscal Imobiliário sob o nº 022.019.026.000, em área maior, ambas situadas na Estrada Galvão Bueno - Batistini.

.....

§ 3º-A O imóvel de 6.930,88m² (seis mil, novecentos e trinta metros e oitenta e oito decímetros quadrados), incluído e referido no inciso I deste artigo terá sua delimitação precisa e sua descrição será definida em Decreto a ser editado previamente à publicação do certame licitatório.

§ 3º-B Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar a área de 6.930,88m² (seis mil, novecentos e trinta metros e oitenta e oito decímetros quadrados), relacionada no inciso I, conforme o caso, da categoria de bem de uso especial ou de uso comum do povo para a categoria de bem dominial.

§ 3º-C A área incluída no inciso I de 6.930,88m² (seis mil, novecentos e trinta metros e oitenta e oito decímetros quadrados) será alienada no âmbito de regular processo de licitação, a ser realizado de acordo com os preceitos legais que regem a matéria." (NR)

Art. 7º As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogado o art. 4º da Lei Municipal nº 7.249, de 16 de outubro de 2023.

São Bernardo do Campo, 15 de agosto de 2024

ORLANDO MORANDO JUNIOR
Prefeito

FREDERICO AUGUSTO SOSSAI PEREIRA
Subprocurador-Geral Respondendo pelo Expediente da Procuradoria Geral do
Município

JOSÉ LUIZ GAVINELLI
Secretário de Finanças

MAURO VALERI
Secretário de Obras e Planejamento Estratégico

JULIA BENICIO DA SILVA
Secretária de Governo

Registrado na Seção de Atos Oficiais da Secretaria de Chefia de Gabinete e publicado
em 16 de agosto de 2024, na Edição nº 2468 do Jornal Notícias do Município.
Processo nº 93309/2024

MÁRCIA GATTI MESSIAS
Secretária-Chefe de Gabinete